



MATT ROURKE/AP - 11/5/2024

③ dentes e determinados – mesmo aquele em que três dos nove juizes foram nomeados por um dos candidatos presidenciais deste ano. A imprensa é difusa demais para que um partido possa controlá-la nos moldes de Viktor Orbán e do seu partido Fidesz, na Hungria. Mesmo com um ataque determinado à burocracia federal, do tipo que alguns pensadores trumpistas têm em mente, é difícil conseguir que qualquer organização que emprega 25 mil advogados cumpra as ordens de uma pessoa. Tanto o atual presidente quanto o anterior viram políticas relativamente mundanas serem atrasadas ou frustradas por desafios processuais: imagine o que aconteceria se o presidente tentasse cancelar as eleições de 2028.

Muitas destas restrições dependem de hábitos e normas democráticas, e não do que está escrito na lei. Algumas das convenções mais importantes que restringem a Presidência são mais jovens do que as pessoas que atualmente disputam o cargo. A noção de que o Departamento de Justiça não pode simplesmente cumprir as ordens do presidente só existe desde a era da discoteca. Conforme os governantes mudam, as normas podem mudar com eles, deixando a Constituição, as atas do Congresso e a Suprema Corte como freio. É aqui que as coisas ficam mais preocupantes.

ANTITIRANIA. Avisão da aula de moral cívica a respeito do governo americano descreve a Constituição como uma proteção visionária e magistral contra a tirania. No entanto, réplicas da Constituição americana foram adotadas em outros países e não conseguiram afastar os tiranos. No século 19, as novas repúblicas da América Latina copiaram esse modelo – federalismo,

uma suprema corte, uma legislatura e um presidente – e suas democracias foram derrubadas por homens armados.

No século 20, as Filipinas recortaram e colaram a Constituição americana para trazê-la ao seu país, mas Ferdinand Marcos conseguiu minar a democracia e instalar-se como um homem forte por mais de 20 anos. Em contraste, onde os EUA ajudaram a estabelecer sistemas parlamentares, como no Iraque, na Itália e no Japão, as instituições resistiram. Isto suscita um pensamento herético: e se os EUA tiverem sido a prova de ditadores apesar da sua Constituição, e não por causa dela?

A interpretação da Constituição da aula de moral e cívica está centrada nos freios e contrapesos que impedem que qualquer parte do governo fique forte demais. No entanto, o controle mais explícito sobre o presidente, o impeachment, não funciona. Embora três presidentes tenham sido enviados pela Câmara para julgamento no Senado (Trump foi julgado duas vezes), a Câmara Superior nunca destituiu realmente nenhum presidente do cargo. Mesmo quando Mitch McConnell, o líder da maioria no Senado na época, disse que Trump era “prática e moralmente responsável” pelo caos de 6 de janeiro de 2021, ele e os seus colegas decidiram não destituí-lo do cargo. A razão que ele apresentou foi que Trump tinha claramente cometido um crime e que o local certo para processá-lo seriam os tribunais. Mas o julgamento do 6 de Janeiro, muito atrasado e com base jurídica questionável, mostra quão incerta é a capacidade do sistema jurídico para limitar o poder presidencial.

Jack Smith, o promotor do caso, defende uma teoria jurídica não testada de que o presidente fez parte de uma conspiração para fraudar os EUA. Antes que o caso possa prosseguir, a Suprema Corte tem de decidir quando o presidente está ou não imune a processos judiciais, uma questão em que a Constituição não ajuda. A equipe jurídica de Trump recusou a sua afirmação inicial segundo a qual um presidente deveria ter imunidade mesmo que mandasse assassinar um rival político.

A sua nova posição diz que os presidentes estão imunes a processos judiciais quando desempenham as suas funções oficiais – uma opinião que alguns membros da Suprema Corte parecem dispostos a aceitar. Mas são as coisas feitas a título oficial que são as mais preocupantes para o país, e não pequenos atos de corrupção pessoal ou rixas com rivais. Se os presidentes estão imunes a processos judiciais pelo que fazem como presidentes, e se têm imunidade política porque o impeachment não é uma verdadeira forma de controle,

então eles estão acima da lei.

Isso não fazia parte do plano original. Os Pais Fundadores não previram o aumento do partidismo, o que esvaziou a cláusula de impeachment. Alguns dos poderes que os primeiros Congressos entregaram ao presidente, no entanto, foram concebidos para tornar um pouco mais fácil o que os americanos hoje chamariam de autocracia. Embora os Fundadores quisessem impedir um ditador local, também tinham acabado de viver uma guerra pela independência contra um inimigo poderoso e queriam dar ao presidente os meios para manter a ordem em tempos de crise.

PODERES ESPECIAIS. O Brennan Center, um centro de estudos estratégicos da Universidade de Nova York, identificou 135 poderes estatutários que são atribuídos ao presidente quando este declara uma emergência nacional. Estes incluem coisas como o poder de congelar as contas bancárias dos americanos ou, sob uma lei que concede ao presidente poderes de emergência sobre as comunicações, aprovada em 1942, encerrar a internet (o que, felizmente, seria bastante difícil na prática). Em teoria, o Congresso deve rever e potencialmente revogar as emergências declaradas

“Há um caminho claro para uma ditadura nos Estados Unidos, que está ficando mais curto a cada dia”

Robert Kagan
Antigo conselheiro de política externa de republicano

“Trump entendeu que a Lei da Insurreição é uma coisa do tipo ‘quebre o vidro em caso de emergência’”

Antigo funcionário do governo republicano, em anonimato

pelo presidente após 6 ou 12 meses. Na prática, a Câmara age com casualidade para restringi-las. Há mais de 40 emergências atualmente em vigor. Algumas delas têm mais de uma década.

Em tempos de guerra, os poderes de emergência foram usados para fechar jornais (sob Woodrow Wilson), para suspender o direito a um julgamento antes da prisão (Franklin Roosevelt) e para justificar a vigilância de americanos e a tortura de estrangeiros (George W. Bush). Mas muitos destes poderes podem ser usados mesmo quando a ameaça ao país é remota. Uma emergência é uma emergência quando o presidente diz que este é o caso e seus advogados concordam. A maioria das emergências é declarada para mobilizar

recursos federais quando ocorre um desastre natural – que é como o poder deveria funcionar. Mas, conforme a aprovação de leis se tornou mais difícil, os presidentes consideraram este atalho tentador demais para deixá-lo inexplorado. O muro de Trump na fronteira foi construído sob autoridade emergencial. O perdão da dívida estudantil do presidente Joe Biden, que até agora custou 0,6% do PIB, também foi adotado sob autoridade presidencial de emergência.

No entanto, os presidentes Windrip, Scudder e Lindbergh tinham em mente algo mais sinistro do que a construção de muros ou o perdão de empréstimos estudantis quando tomaram o poder. Para chegar mais perto dos pesadelos imaginados nesses romances, provavelmente serão necessárias tropas nas ruas. Também aqui o passado deixa de ser totalmente tranquilizador. Houve cerca de 70 ocasiões na história americana em que governos estaduais ou locais declararam lei marcial. Apesar de algumas preocupações contemporâneas quanto à possibilidade de uma repetição disso, o que mais chama a atenção nessa variante do poder de emergência é o quanto ela saiu de moda. A última vez que a lei marcial foi declarada foi em Cambridge, Maryland, em 1963, para reprimir uma agitação depois que um cinema forçou os espectadores negros a se sentarem nas últimas filas do andar de cima. A Guarda Nacional de Maryland permaneceu nas ruas por um ano.

INSURREIÇÃO. Hoje em dia é difícil imaginar o envio de tropas e a suspensão de liberdades em solo americano por parte do governo federal. No entanto, se um presidente tirânico quisesse fazê-lo, teria o poder de enviar tropas sob a Lei da Insurreição. Essa lei, datada de 1807, dá ao presidente autoridade para mobilizar o Exército ou a Marinha no caso de uma revolta interna ou quando a lei federal estiver sendo ignorada. A lei afirma que isso pode ser feito quando for lícito, sem definir o que isso significa. “É uma arma carregada para qualquer presidente. Praticamente não há restrições”, diz Jack Goldsmith, ex-procurador-geral e atual estudioso do poder presidencial que faz parte de um esforço para reformar a lei.

Armado com a Lei da Insurreição, o que um presidente determinado e maligno poderia fazer? A lei foi usada para coibir greves, para reverter a segregação no Sul dos EUA e, sob George H. W. Bush, foi invocada durante distúrbios raciais em Los Angeles em 1992. Trump pode ter considerado usá-la em 2020, quando alguns protestos se tornaram violentos depois que a polícia em Minneapolis matou George Floyd, um suspeito negro algemado. No fim, apesar

do apelo de um senador republicano para que o fizesse, ele hesitou. “Trump entendeu que a Lei da Insurreição é uma coisa do tipo ‘quebre o vidro em caso de emergência’”, diz um antigo funcionário do alto escalão do governo Trump. “E, seja como for, o Departamento de Defesa não está com pressa de operar contra os cidadãos americanos.”

Os contemporâneos de Trump na Academia Militar de Nova York, que ele frequentou quando adolescente, recordam exercícios, sadismo ocasional e votos para o “homem do ano” da escola – a primeira eleição que Trump ganhou. O lugar atraía pais ricos que achavam que seus filhos poderiam se servir de alguma disciplina militar. Também foi defendido pelos ditadores latino-americanos que presumivelmente pensavam que os seus descendentes aprenderiam lições valiosas no exercício da autoridade.

O antigo e talvez futuro presidente ignorou resultados eleitorais dos quais não gosta, incentivou a violência das multidões e ponderou sobre a utilização da Guarda Nacional para deportar milhões de imigrantes que estão ilegalmente no país. Seus discípulos estão mais bem preparados para a presidência dele do que antes. Não há um limite claro para o que o partido dele aceitará. Isso, por sua vez, significa que alguns democratas estão preparados para ignorar as normas para impedi-lo de regressar ao poder, uma dinâmica que, descontrolada, conduz à destruição mútua.

E, no entanto, os estudiosos do declínio democrático – graças ao 45.º presidente, um campo de saber em expansão – salientam que os momentos mais perigosos para um governo popular ocorrem durante uma crise, que um presidente pode explorar para tomar poderes extraordinários dos quais se recusa a abrir mão posteriormente.

Quando confrontado com duas dessas crises durante a sua presidência – a covid-19 e os protestos nacionais após o assassinato de Floyd –, Trump recusou para o modo de comentarista, apontando o péssimo trabalho que todos os outros estavam fazendo. Mesmo os seus piores atos como presidente, como a pressão sobre o secretário de Estado da Geórgia para encher as urnas com cédulas em seu nome, foram mais um caos improvisado do que uma subversão astuta. Ele se perguntou em voz alta sobre atirar em manifestantes em 2020, mas não o fez. Um déspota futuro mais disciplinado (ou uma versão mais maligna de Trump), no entanto, teria amplo espaço para subverter a democracia dos EUA. Parcialmente por uma questão de projeto, os Estados Unidos não são à prova de ditadores. ● TRADUÇÃO

DE AUGUSTO CALIL